

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.493, DE 2015

Acrescenta artigo à Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que *dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências*, para dispor sobre a garantia de direitos ao locutor de rodeio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que “dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 6º-A. É assegurado ao locutor de rodeio o pagamento, pelo organizador do evento, dos seguintes direitos:

I – remuneração mínima de R\$ 2.364,00 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais) por evento para um período máximo de trabalho de 06 (seis) horas diárias; e

II – participação de, pelo menos, 1% (um por cento) nos resultados da bilheteria do evento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado RÔNEY NEMER
Relator